

Aperfeiçoamento em Políticas Linguísticas
para Educação Escolar Indígena

Módulo 4 - Letramento e formação social

Autor: Álvaro Antônio Caretta

PRESIDENTA DA REPÚBLICA

Dilma Vana Rousseff

VICE-PRESIDENTE

Michel Miguel Elias Temer Lulia

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Renato Janine Ribeiro

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO (UNIFESP)

Reitora: **Soraya Shoubi Smaili**

Vice Reitora: **Valeria Petri**

Pró-Reitora de Graduação: **Maria Angélica Pedra Minhoto**

Pró-Reitora de Pós-Graduação e Pesquisa: **Maria Lucia Oliveira de Souza Formigoni**

Pró-Reitora de Extensão: **Florianita Coelho Braga Campos**

Secretário de Educação a Distância: **Alberto Cebukin**

COMITÊ GESTOR DA POLÍTICA NACIONAL DE
FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE PROFISSIONAIS
DA EDUCAÇÃO BÁSICA - CONAFOR

Presidente: **Luiz Cláudio Costa**

COORDENAÇÃO GERAL DO COMITÊ GESTOR
INSTITUCIONAL DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA
DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA - COMFOR

Coordenadora: **Celia Maria Benedicto Giglio**

Vice-Coordenadora: **Romilda Fernández Felisbino**

COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA DO CURSO

Coordenador: **Sandro Luis da Silva**

Vice-Coordenadora: **Indaiá de Santana Bassani**

COORDENAÇÃO DE EaD

Izabel Patrícia Meister

Paula Carolei

Rita Maria Lino Tárzia

Valéria Sperduti Lima

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO E DESENHO
INSTRUCIONAL

Felipe Vieira Pacheco

COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Daniel Lico dos Anjos Afonso

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA - SEB

Secretário: **Manuel Palacios da Cunha e Melo**

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA,
ALFABETIZAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO -
SECADI

Secretário: **Paulo Gabriel Soledade Nacif**

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA
EDUCAÇÃO - FNDE

Presidente: **Antonio Idilvan de Lima Alencar**

FUNDAÇÃO DE APOIO À UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SÃO PAULO - FAP-UNIFESP

Diretora Presidente: **Anita Hilda Straus Takahashi**

PRODUÇÃO

Daniel Gongora

Eduardo Eiji Ono

Fábio Gongora Freire

Fabício Sawczen

João Luiz Gaspar

Lucas de Paula Andrioli

Marcelo da Silva Franco

Mayra Bezerra de Sousa Volpato

Sandro Takeshi Munakata da Silva

Tiago Paes de Lira

Valéria Gomes Bastos

Vanessa Itacaramby Pardim

SECRETARIA

Adriana Pereira Vicente

Bruna Franklin Calixto da Silva

Clema Aparecida Jacyntho Bittar

Livia Magalhães de Brito

Tatiana Nunes Maldonado

SUPORTE TÉCNICO

Enzo Delorence Di Santo

João Alfredo Pacheco de Lima

Rafael Camara Bifulco Ferrer

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

André Alberto do Prado

Marlene Sakumoto Akiyama

Nilton Gomes Furtado

Rodrigo Santin

Rogério Alves Lourenço

Sidnei de Cerqueira

Vicente Medeiros da Silva Costa



GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

EDIÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E INFORMAÇÕES
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO - PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO
RUA SENA MADUREIRA, 1500 - VILA MARIANA - CEP 04021-001 - SP
[HTTP://COMFOR.UNIFESP.BR](http://COMFOR.UNIFESP.BR)

COPYRIGHT 2015

TODOS OS DIREITOS DE REPRODUÇÃO SÃO RESERVADOS À UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO.
É PERMITIDA A REPRODUÇÃO PARCIAL OU TOTAL DESTA PUBLICAÇÃO, DESDE QUE CITADA A FONTE

SUMÁRIO

Aula 1 - Letramento.....	5
Aula 2 -Multiletramentos.....	9
Aula 3 - Gêneros Discursivos	12
Aula 4 - Formulação do Conhecimento	15
Aula 5 - Plurilinguismo.....	19
Aula 6 - Norma Padrão e Preconceito Linguístico	23
Aula 7 - Interfaces Oralidade e Escrita (I)	27
Aula 8 - Interfaces Oralidade e Escrita (II)	32
Aula 9 - Interfaces Oralidade e Escrita (III)	36
Aula 10 - Métodos de Ensino e Línguas Indígenas.....	39
Aula 11 - Bilinguismo	43
Aula 12 - Métodos de Ensino e Aprendizagem de Língua Portuguesa como segunda língua.....	46



LETRAMENTO E FORMAÇÃO SOCIAL

Autor: Álvaro Antônio Caretta

PRESIDENTA DA REPÚBLICA

Dilma Vana Rousseff

VICE-PRESIDENTE

Michel Miguel Elias Temer Lulia

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Renato Janine Ribeiro

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO (UNIFESP)

Reitora: **Soraya Shoubi Smaili**

Vice Reitora: **Valeria Petri**

Pró-Reitora de Graduação: **Maria Angélica Pedra Minhoto**

Pró-Reitora de Pós-Graduação e Pesquisa: **Maria Lucia Oliveira de Souza Formigoni**

Pró-Reitora de Extensão: **Florianita Coelho Braga Campos**

Secretário de Educação a Distância: **Alberto Cebukin**

COMITÊ GESTOR DA POLÍTICA NACIONAL DE
FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE PROFISSIONAIS
DA EDUCAÇÃO BÁSICA - CONAFOR

Presidente: **Luiz Cláudio Costa**

COORDENAÇÃO GERAL DO COMITÊ GESTOR
INSTITUCIONAL DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA
DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA - COMFOR

Coordenadora: **Celia Maria Benedicto Giglio**

Vice-Coordenadora: **Romilda Fernández Felisbino**

COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA DO CURSO

Coordenador: **Sandro Luis da Silva**

Vice-Coordenadora: **Indaiá de Santana Bassani**

COORDENAÇÃO DE EaD

Izabel Patrícia Meister

Paula Carolei

Rita Maria Lino Tárzia

Valéria Sperduti Lima

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO E DESENHO
INSTRUCIONAL

Felipe Vieira Pacheco

COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Daniel Lico dos Anjos Afonso

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA - SEB

Secretário: **Manuel Palacios da Cunha e Melo**

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA,
ALFABETIZAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO -
SECADI

Secretário: **Paulo Gabriel Soledade Nacif**

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA
EDUCAÇÃO - FNDE

Presidente: **Antonio Idilvan de Lima Alencar**

FUNDAÇÃO DE APOIO À UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SÃO PAULO - FAP-UNIFESP

Diretora Presidente: **Anita Hilda Straus Takahashi**

PRODUÇÃO

Daniel Gongora

Eduardo Eiji Ono

Fábio Gongora Freire

Fabício Sawczen

João Luiz Gaspar

Lucas de Paula Andrioli

Marcelo da Silva Franco

Mayra Bezerra de Sousa Volpato

Sandro Takeshi Munakata da Silva

Tiago Paes de Lira

Valéria Gomes Bastos

Vanessa Itacaramby Pardim

SECRETARIA

Adriana Pereira Vicente

Bruna Franklin Calixto da Silva

Clema Aparecida Jacyntho Bittar

Livia Magalhães de Brito

Tatiana Nunes Maldonado

SUPORTE TÉCNICO

Enzo Delorence Di Santo

João Alfredo Pacheco de Lima

Rafael Camara Bifulco Ferrer

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

André Alberto do Prado

Marlene Sakumoto Akiyama

Nilton Gomes Furtado

Rodrigo Santin

Rogério Alves Lourenço

Sidnei de Cerqueira

Vicente Medeiros da Silva Costa



EDIÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E INFORMAÇÕES
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO - PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO
RUA SENA MADUREIRA, 1500 - VILA MARIANA - CEP 04021-001 - SP
[HTTP://COMFOR.UNIFESP.BR](http://COMFOR.UNIFESP.BR)

COPYRIGHT 2015

TODOS OS DIREITOS DE REPRODUÇÃO SÃO RESERVADOS À UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO.
É PERMITIDA A REPRODUÇÃO PARCIAL OU TOTAL DESTA PUBLICAÇÃO, DESDE QUE CITADA A FONTE

Apresentação

Bem-vindo(a) à disciplina **Letramento e formação social**, integrante do módulo **Métodos de ensino e aprendizagem de línguas**. Apresentamos nesta introdução um panorama dos conteúdos que serão desenvolvidos nessa disciplina.

Inicialmente abordaremos o conceito de letramento, procurando enfatizar a sua importância no processo de formação social de um cidadão. É preciso que os professores deem atenção para os letramentos cotidianos, principalmente aqueles das esferas públicas e profissionais. Tendo em vista que a sociedade atual se encontra em um momento de grande evolução tecnológica é necessário que formemos nossos alunos objetivando os multiletramentos digitais. Por isso, apresentaremos um tópico sobre o(s) Letramento(s) em gêneros multimodais e multimídias.

A fim de alcançar o nosso propósito com este curso - o conhecimento dos métodos de letramento para a formação social - tomaremos como elemento orientador de nossas aulas os gêneros discursivos, pois em verdade é por meio dos diversos gêneros de nosso cotidiano que aprendemos e utilizamos a língua.

Em todas as sociedades, a língua se manifesta por meio dos diversos gêneros orais, escritos e também multimodais, apresentando uma diversidade enorme relacionada às diversas condições de produção e circulação dos enunciados.

Sabemos que a língua se molda aos diversos usos que os cidadãos fazem dela na sociedade. Dessa forma, compreendemos que não se pode pensar no mito de uma língua uniforme e, muito pelo contrário, é preciso observá-la em todas as variedades que compõem o multilinguismo, pois nele está guardada a multiculturalidade e também a própria identidade das distintas sociedades.

Nesse contexto não podemos perder a oportunidade de refletir sobre a questão do preconceito linguístico, um grande empecilho no processo de construção de uma sociedade mais igualitária, diversificada e democrática, e também sobre o verdadeiro papel do ensino da norma padrão nas escolas.

A fim de aprofundar o nosso debate, trabalharemos com os conteúdos referentes às relações entre a oralidade e a escrita no ensino de língua. A partir da observação dessas modalidades da língua, poderemos compreender a importância das variadas formas de expressão linguística na constituição do plurilinguismo social, pressuposto para uma sociedade que pretende valorizar as múltiplas faces de sua multiculturalidade.

Tendo em vista o caráter fundamentalmente ideológico da expressão linguística, assim como de seu ensino, pretendemos alcançar em nosso curso a compreensão dialógica da linguagem. Para isso, vamos compreender a formação do conhecimento linguístico nas relações sociais, onde se desenvolvem os mecanismos ideológicos que determinam nosso posicionamento, a nossa voz, no processo sócio-histórico.

Com base no conteúdo até aqui assimilado, passaremos então a discorrer sobre os métodos de ensino de língua indígena como primeira língua, os métodos de ensino de língua indíge-



na como segunda língua, assim como sobre os métodos de ensino e aprendizagem de língua portuguesa como segunda língua. O debate acerca desses temas ganha uma dimensão social de suma importância, visto que é por meio do aprendizado linguístico que as comunidades indígenas assumem a sua identidade e também inserem a sua voz no discurso da sociedade dominante.

Um princípio fundamental de nossa disciplina é compreender a língua como uma prática social e não apenas como um código linguístico. Sendo assim, uma língua não pode ser ensinada apenas por meio do conhecimento gramatical, mas sobretudo por suas funções comunicativas; para isso, propomos como principal instrumento didático para o ensino e aprendizagem das línguas a realização de projetos didáticos.

Caro(a) colega, esperamos que esta disciplina contribua para o seu desenvolvimento como professor(a). Agradecemos o interesse e, sobretudo, o cumprimos pelo empenho na busca de aperfeiçoamento, atividade fundamental na formação de professores comprometidos com a sua função social: educar cada vez melhor a fim de contribuir para uma sociedade melhor.

Um grande abraço e bom curso!

Sobre o autor

Álvaro Antônio Caretta é doutor em Linguística pela Universidade de São Paulo e atua como professor de Língua Portuguesa na Universidade Federal de São Paulo.

AULA 1

Letramento

Letramento pode ser compreendido como o processo de aprendizado da língua através da convivência com materiais escritos diversos em práticas de leitura e escrita.

Rojo (2009, p. 98) define desta forma letramento:

“

... usos e práticas sociais de linguagem que envolvem a escrita de uma ou de outra maneira, sejam eles valorizados ou não valorizados, locais ou globais, recobrando contextos sociais diversos (família, igreja, trabalho, mídias, escola, etc.), numa perspectiva sociológica, antropológica e sociocultural.

”

Os processos de letramento devem envolver a vivência de várias situações interacionais, a produção de diversos gêneros orais e escritos e o diálogo com distintos interlocutores.

É importante que compreendamos o letramento em relação com outras práticas de ensino da língua, como a **alfabetização**, que é o aprendizado mediante ensino - institucional ou não - domínio ativo e sistemático das habilidades de ler e escrever, enquanto o **letramento** é um processo de aprendizagem social e histórica da leitura e da escrita em contextos informais para usos utilitários estabelecidos por meio de um conjunto de práticas. A **escolarização**, por seu turno, é uma prática formal e institucional de ensino que visa à formação integral do indivíduo, um de seus aspectos é a alfabetização.

A alfabetização é um processo de aquisição de habilidades para a leitura e a escrita, enquanto o letramento usa essas habilidades para alcançar diferentes objetivos. Dessa forma, pode-se compreender que o letramento permite uma conexão mais profunda com o contexto sociocultural e com o uso da linguagem no cotidiano. A alfabetização e o letramento devem ser compreendidos como processos complementares, pois a alfabetização deve incluir o letramento na sua dinâmica.

“

“Letramento é, pois, o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever: o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita.” (SOARES, 2006, p. 18)

”

Apropriar-se da escrita não pode ser compreendido apenas como aprender a ler e escrever, ou simplesmente codificar e decodificar a língua. A verdadeira apropriação da escrita tem como finalidade desenvolver as condições de sociabilidade do indivíduo em seus aspectos linguísticos, cognitivos, culturais, políticos e econômicos.

Letramento: o papel do educador

O processo de letramento pode ser facilitado pelo professor se leituras diversas forem realizadas e conversas sobre elas estimuladas, promovendo um modelo cultural letrado.

O conceito de letramento é bastante abrangente e não permite uma definição simplista. Não podemos pensar em um nível zero de letramento. Sabemos que ele não é fixado pelo grau de alfabetização, pois mesmo um analfabeto pode apresentar níveis significativos de letramento, enquanto alguém alfabetizado pode ter dificuldades em exercer o letramento. Um indivíduo letrado desenvolve maior competência na relação com a sociedade em que vive, logo, tendo em vista a importância da participação social do cidadão, o educador deve atentar para que esse processo ocorra durante o próprio processo de alfabetização do aluno.

Como? Paralelamente ao ensino do código linguístico, o aluno deve vivenciar situações do cotidiano em que a língua seja o principal instrumento de atuação. Dessa forma, haverá uma harmonização entre aprender a língua e atuar na sociedade regida pelo pressuposto de que a língua é uma prática social.

Segundo Marcos Bagno (2012), o conceito de letramento pressupõe a compreensão e o aprendizado da língua tendo em vista a atuação social do cidadão, o sujeito que participa e intervéem em seu meio social de forma eficiente utilizando os recursos que a língua lhe oferece. O simples domínio dos recursos gramaticais não lhe daria essa habilidade que só pode ser exercida com o conhecimento dos variados gêneros discursivos utilizados nas relações interpessoais de uma sociedade.

O letramento pressupõe o desenvolvimento ininterrupto das habilidades de ler, escrever, falar e escutar, a fim de desenvolver o conhecimento e o reconhecimento da realidade múltipla, variável e heterogênea da língua, principalmente quando sujeita aos juízos de valor das diferentes ideologias.

Para ensinar tanto a língua oral quanto a escrita, é necessário observar os seus usos na prática social por meio dos enunciados, assim a língua passa a ser concebida como prática social. Essa prática viabilizará o ensino dos variados gêneros, pois o seu conhecimento permite ao indivíduo participar dos eventos de diversas instituições sociais.

Ao adotar a prática social como princípio organizador do ensino de língua, o professor terá a tarefa de primeiramente determinar quais são as práticas sociais significativas para a sua comunidade e, a seguir, quais são os gêneros e textos significativos para a realização dessas práticas. O professor deve sempre fazer as suas escolhas com base na observação, análise e diagnóstico da comunidade.

Quando o professor opta por determinado projeto, ele passa a decidir sobre a seleção dos saberes e práticas que se situam entre aqueles que são importantes para a vida na comunidade imediata dos alunos e os que são relevantes para a participação na vida social de outras comunidades e que, um dia, poderão ser utilizadas para a mudança e a melhoria do futuro do próprio aluno e seu grupo.

O professor deve ter autonomia para decidir, por um lado, sobre a inclusão do que pode fazer parte do cotidiano da escola, porque considera necessário, e, por outro lado, sobre a exclusão dos conteúdos desnecessários e irrelevantes para a inserção do aluno nas práticas letradas. Além disso, deve decidir também sobre aquilo que pode não interessar momentaneamente ou servir imediatamente ao aluno, mas que precisa ser ensinado pela sua real relevância em sua futura participação social.

As escolhas didáticas do professor devem compreender o ensino de língua como uma organização dinâmica de conteúdos que valem a pena ensinar, que levam em conta a realidade da comunidade e que se constituem como uma prática linguística que favoreça a atuação do indivíduo em sua sociedade.

Considerações Finais

Caro professor, nesta aula introdutória tivemos a oportunidade de apresentar o conceito de letramento e relacioná-lo com o conceito de alfabetização. Aprendemos sobre o processo de aquisição da língua como prática social procurando conscientizá-lo da importância do ensino de língua por meio de projetos de letramento.

Você deve ter percebido que apenas esta aula não foi suficiente para abordarmos um tema complexo como letramento. Se formos pensar na sociedade tecnológica em que vivemos atualmente, veremos um imenso campo de possibilidades para trabalhar com diversas atividades de letramento em suas formas digitais. Na aula seguinte, vamos conhecer algumas dessas possibilidades e refletir sobre a sua influência nos processos de ensino-aprendizagem.

SAIBA MAIS

Leitura do artigo de Silvia M. Gasparian Colello, Alfabetização e Letramento: Repensando o Ensino da Língua Escrita. [2006]. Disponível em: <<http://www.hottopos.com/videtur29/silvia.htm>> Acesso em: 16 jun. 2006.

PARA REFLETIR

Quais as possibilidades e dificuldades de trabalhar com os alunos na comunidade em que você leciona?

Referências

BAGNO, Marcos; STUBBS, Michael e GAGNÉ, Gilles. **Língua materna - letramento, variação & ensino**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

COLELLO, Silvia M. Gasparian. **Alfabetização e Letramento: Repensando o Ensino da Língua Escrita**. [2006]. Disponível em: <<http://www.hottopos.com/videtur29/silvia.htm>>

KLEIMAN, Angela B. **Letramento e suas implicações para o ensino de língua materna**. Disponível em <https://online.unisc.br/seer/index.php/signo/article/download/242/196>.

ROJO, Roxane. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009. 128 p

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2001.

AULA 2

Multiletramentos

Caro(a) aluno(a), abrimos esta aula enfatizando a importância do trabalho com os multiletramentos. Como vivemos em uma sociedade bastante complexa e diversificada nas formas de expressão linguística, o professor deve procurar abordá-las em suas aulas.

Quando falamos em multiletramentos, estamos nos referindo aos múltiplos letramentos que abrangem atividades de leitura crítica, análise e produção de textos multimodais observados sob um enfoque multicultural.

Destacamos a seguir alguns conceitos fundamentais para a nossa aula:

Multiletramentos – é prática de letramento que abrange a multiculturalidade e a multimodalidade.

Multiculturalidade – é a multiplicidade e variedade cultural presente em nossas sociedades.

Multimodalidade – é a multiplicidade e variedade de linguagens na constituição dos textos por meio dos quais a multiculturalidade se comunica e informa.

Multiletramentos

Tendo em vista a necessidade de incluir nos currículos escolares as questões que envolvem as variedades culturais, em sua **Pedagogia dos Multiletramentos**, Roxane Rojo (2012) apresenta propostas bastante interessantes para o ensino de língua por meio dos multiletramentos. A autora ainda discorre sobre a diversidade cultural e de linguagens na escola, destacando que o trabalho do professor deve partir do universo de referência dos alunos e alcançar outros universos sempre com um enfoque pluralista, ético e democrático.

Mas podemos nos perguntar: Por que propor uma pedagogia dos multiletramentos?

A escola deve assumir a responsabilidade de aproximar seus alunos dos novos letramentos emergentes na sociedade contemporânea, incluindo nos currículos a grande variedade de culturas já presente nas salas de aula e no mundo globalizado, incentivando a tolerância na convivência com a diversidade cultural e com o outro.

Vemos à nossa volta, diversas produções culturais letradas circulando na sociedade, textos híbridos de diferentes letramentos em diferentes campos. Vivemos, pelo menos desde o início do século XX, em sociedades em que as fronteiras estão sendo extintas e a miscigenação cultural acentua-se. As simples oposições como cultura erudita x popular, central x marginal, canônica x de massa já estão ultrapassadas. As misturas são cada vez mais comuns. A produção cultural atual se caracteriza por um processo de hibridação principalmente tendo como ferramenta de comunicação a tecnologia que permite estar em constante interação com novos universos utilizando as mais diversas linguagens.

Nesse contexto, o professor deve atentar para a introdução de novos gêneros de discurso, novas mídias, novas tecnologias, inundando o universo de nossos alunos com uma variedade de linguagens.

Multiletramentos críticos

Vimos, então, que o conceito de multiletramentos guarda basicamente dois sentidos: diversidade cultural de produção/circulação dos textos, diversidade de linguagens que constituem os enunciados.

Outra característica importante dos multiletramentos é que eles são interativos e colaborativos dependendo de nossas ações como usuários e não apenas receptores ou espectadores. Nesse contexto, o professor precisa pensar em como as novas tecnologias de informação podem transformar nossos hábitos institucionais de ensinar e aprender para acompanhar. Os multiletramentos são fundamentais para que ensino proposto pelo professor esteja em acordo com a evolução da nossa sociedade não apenas no aspecto tecnológico, mas principalmente tendo em vista a multiculturalidade das sociedades contemporâneas. Dessa forma, o professor estará praticando o multiletramento crítico.

Considerações finais

Caro professor, vimos quanto é importante o conhecimento e a aplicação das propostas de multiletramentos no ensino de língua. Frente à complexificação da sociedade, principalmente devido aos avanços tecnológicos, nossos alunos estão em constante contato com novos gêneros discursivos por meio dos quais interagem com novas culturas e aprendem novas formas de utilização da língua em textos multimodais e interativos.

A fim de aprofundarmos essa discussão, faremos agora um mergulho em um tema fundamental para a nossa proposta de letramento e formação social. Passaremos, então, a estudar na próxima aula os gêneros discursivos.



SAIBA MAIS

Leitura da apresentação da obra Multiletramentos na Escola, disponível em <http://www.youblisher.com/p/333133-MULTILETRAMENTOS-NA-ESCOLA/>

Referências

BAKHTIN, Mikhail. “Os gêneros do discurso”. In: **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003 [1951-1953], p. 261-306. Garcia Canclini (2008[1989]: 302-309),

BEZERRA, Maria Auxiliadora, DIONISIO, Angela Paiva, MACHADO, Anna Rachel. **Gêneros Textuais & Ensino**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010

ROJO, Roxane; ALMEIDA, Eduardo de Moura. **Multiletramentos na Escola**. São Paulo: Parábola Editora, 2012.



AULA 3

Gêneros Discursivos

Caro(a)s aluno(a)s, os gêneros discursivos exercem uma função muito importante na produção e circulação linguística e, conseqüentemente, será um instrumento valioso para o professor no ensino da língua.

Os gêneros discursivos são produções da atividade humana no uso social da língua. São modelos de produção materializados nos diversos enunciados que realizamos no dia a dia em nossas interações verbais e multimodais.

Cada organização social possui um conjunto específico de gêneros discursivos. Vejamos alguns exemplos:

Cotidiano – pedido, apelo, saudação etc;

Literária – conto, crônica, poema etc;

Acadêmica – artigo, resumo, currículo etc;

Científica – artigo, palestra, relatório etc.

Características dos gêneros

Todo gênero possui uma função social. Ele foi criado por uma determinada comunidade para um determinado fim. O gênero poema, por exemplo, tem a função de expressar os sentimentos de um poeta. Cada gênero possui a sua própria forma composicional, que é a sua identidade, como o próprio poema, que é escrito em versos. Os gêneros também possuem estilos diferentes e próprios. No poema o estilo é literário, criativo e livre, com ritmo, rimas e metáforas, bem diferente de uma receita médica, na qual o estilo é bem padronizado e objetivo.

As formas e entonações dos gêneros para o falante são instrumentos de produção de enunciado e para os ouvintes são índices de compreensão, ou seja, por seu lado o emissor ao falar ou escrever escolhe um gênero adequado às suas intenções e condições de produção; o ouvinte, a partir das primeiras impressões sobre a fala do outro se posiciona para receber determinado gênero em determinada forma, entonação e assunto. Um bom exemplo é a conversa telefônica. Ao ouvirmos um *alô*, já nos posicionamos para o diálogo.

Assim, para observarmos um gênero devemos atentar para a sua finalidade, para sua forma e estilo, compreendendo as suas condições de produção.

Constituição dialógica da linguagem

Passamos agora a compreender o princípio da constituição dialógica da linguagem. Nessa concepção, a língua não é apenas um sistema, mas uma enunciação, ou seja, não é apenas um código, mas a produção de um enunciado. Esse enunciado é sempre uma resposta a um outro enunciado, formando assim uma corrente comunicativa na sociedade, pois essa resposta irá exigir um outro enunciado como resposta. Vemos isso não apenas nos diálogos do cotidiano em que uma fala puxa a outra, mas também nos e-mails em que um exige uma resposta do outro.

Apresentamos agora os aspectos que devem ser observados nos gêneros para podermos estudá-los, compreendê-los e trabalhar com eles em sala de aula.

- a) Composição dos gêneros
- b) Estilo do gênero e do enunciado
- c) Posicionamento do enunciado(r)
- d) Elementos linguísticos do enunciado

Desenvolvemos agora cada um desses aspectos:

- a) Composição dos gêneros
 - Esfera social de atuação
 - Condições de produção e circulação
 - Finalidades na comunicação social
 - É multimodal ou não?
- b) Estilo
 - Adequação linguística (formal/informal)
 - Tom
 - Sentido real ou figurado
 - Estilo literário
- c) Elementos linguístico-textuais
 - Forma composicional
 - Coesão e coerência
 - Recursos linguísticos



d) Posicionamento discursivo

- Dialoga com outros textos?
- Avaliação do tema
- Autoria
- Atuação social

Considerações finais

Caro(a) colega, nesta aula aprendemos que os gêneros são formas estáveis de enunciados responsáveis pela produção e circulação linguística na sociedade. Compreendemos, então, que a língua não pode ser estudada apenas como uma estrutura à parte de suas condições comunicativas. Para estudá-la em seu processo social é necessário observar os seus usos na prática social por meio dos gêneros. Assim, a língua e os gêneros passam a ser concebidos como práticas sociais. Na próxima aula, veremos o papel dos gêneros na formulação do conhecimento por meio da linguagem.

PARA REFLETIR

Fundamentado na teoria bakhtiniana dos gêneros discursivos, escolha três textos - oral, escrito e multimodal - e observe as características de cada aspecto abaixo:

- Qual é o gênero desses enunciados?*
- Qual a sua função na comunicação social?*
- A que comunidade linguística, esfera social, ele pertence?*
- Como é a sua forma composicional?*
- Observe o estilo do enunciado.*
- Qual é a posição do enunciador sobre o tema?*
- Você acha que a escolha do gênero pelo enunciador foi adequada? E a sua forma de enunciar está de acordo com as suas intenções? Justifique*

Referências

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003 [1951-1953], p. 261-306. Garcia Canclini (2008[1989]: 302-309).

AULA 4

Formulação do Conhecimento

Formulação do conhecimento

A língua precisa ser aprendida tendo em vista o contexto sociocognitivo a fim de que o aluno aprenda a lidar com os recursos expressivos utilizados pelos interlocutores, associando-os com os elementos da situação comunicativa para a produção de um enunciado que corresponda a suas intenções.

Esse processo de formulação das ideias, dos sentidos, do conhecimento é interativo, ou seja, ele se realiza somente com a participação dos interlocutores envolvidos. Isso implica, por parte dos sujeitos na interação, a ativação e o compartilhamento de alguns conhecimentos:

- **O conhecimento linguístico**, determinado pelas especificidades da língua;
- **O conhecimento enciclopédico ou de mundo**, responsável pela ativação dos saberes assimilados;
- **O conhecimento interacional**, responsável pela adequação das práticas cotidianas de interação.

A formulação do conhecimento é um fenômeno situado e social. Nele são necessários conhecimentos cognitivos e sociais, envolvidos na organização, produção, compreensão e funcionamento dos enunciados.

No ato de leitura e escrita ativamos modelos de situação, de compreensão, expectativas e conhecimentos de mundo que orientam e guiam a nossa compreensão e produção dos enunciados.

Gêneros discursivos e formulação do conhecimento

Os gêneros discursivos promovem a interação desses conhecimentos. Por exemplo, o conhecimento interacional e o linguístico articulando-se no gênero artigo de opinião, em que são usados recursos linguísticos específicos, como a norma culta, o sentido literal, a argumentação, o que subentende também um conhecimento enciclopédico, além do domínio do gênero

com suas coerções na forma, no estilo e na entonação. Só e somente só se o indivíduo dominar esses aspectos ele poderá ter sucesso com o seu enunciado e ser reconhecido como um enunciador competente em seu meio social.

Vemos atualmente que as necessidades impostas pela sociedade e pela tecnologia criam novas situações comunicativas. Essa nova realidade exige o domínio de novos conhecimentos por parte dos sujeitos do processo ensino-aprendizagem de língua materna, e por parte do professor a inclusão de um novo objeto de estudo em seu curso: os gêneros discursivos.

O professor deve buscar enriquecer o repertório textual dos alunos favorecendo o acesso aos bens culturais e sociais por meio da linguagem. Compreender a formulação do conhecimento por meio dos gêneros discursivos leva os alunos a perceberem que os enunciados que estão à nossa volta, no nosso cotidiano, são definidos pelas situações sociocomunicativas em que se imbricam os assuntos, a funcionalidade, a variedade linguística, o estilo e a sua organização estrutural estabelecidos pelos gêneros.

O gênero discursivo estabelece uma relação entre as condições de produção do enunciado, que diz respeito ao autor, e de recepção, concernente ao universo do leitor. Isso significa que as semelhanças entre os conhecimentos assimilados pelos sujeitos participantes da interação propiciam um melhor entendimento entre eles.

Leitura e escrita no processo de formulação do conhecimento

A leitura de textos é uma atividade de produção de sentido que exige a participação ativa do leitor. Ele aciona os vários tipos de conhecimentos que citamos anteriormente.

A produção de textos, a escrita, é uma prática que se realiza por meio da interação entre sujeitos, o autor e o leitor. O leitor também desempenha um papel fundamental na escrita, pois é em função dele que o autor elabora seu enunciado.

Tanto as atividades de leitura quanto de produção textual exigem a participação ativa no processo comunicativo. A formulação do conhecimento, seja na leitura, seja na escrita, ocorre em função das condições de produção e recepção dos enunciados e pela forma como os interlocutores mobilizam seus conhecimentos. Os conhecimentos dos interlocutores se reconstruem nas práticas de interação verbal por meio de uma atividade responsiva e dialógica da linguagem, na qual ele adquire conhecimento e os retribui.

A formulação do conhecimento está relacionada a sistemas de compreensão submetidos ao nosso sistema sociocultural. Assim, as formulações coletivas e sociais antecedem às individuais e lhe servem de base, ou seja, o conhecimento, apesar de individualizado é produzido socialmente. A formulação do conhecimento é um ato social e não uma ação do individual. A língua, observada dessa forma, passa a ser compreendida como um conjunto de atividades sociais e históricas por meio do qual formulamos o conhecimento e construímos as ideologias.

Nesse processo, os gêneros discursivos atuam como formas discursivas para a produção e circulação de conhecimentos.

Formular conhecimentos, seja por meio da leitura ou da escrita, não é apenas uma atividade linguística ou cognitiva, é principalmente uma prática social para a interação com outras visões de mundo dentro de uma sociedade.

Considerações finais

Caro(a)s colegas, vimos nessa aula como se processa a formulação do conhecimento na relação entre os interlocutores no processo de comunicação. Salientamos nesse aprendizado que a língua não é um sistema a simplesmente ser codificado, mas um elemento interacional sujeito às condições de produção e circulação do enunciado. Nesse processo, a leitura e a escrita dos diversos gêneros discursivos adquirem um valor enorme, pois é por meio dessas práticas sociais que o conhecimento é elaborado e difundido. O conhecimento produzido pela linguagem irá depender em grande parte do universo cognitivo dos interlocutores, o que caracteriza a sua própria linguagem. As distintas formas de compreensão e representação da realidade produzem distintas formas de linguagem, promovendo o que se chama de plurilinguismo, assunto de nossa próxima aula.

A seguir apresentamos alguns textos multimodais do gênero quadrinhos.

Esse gênero trabalha com as linguagens verbal e visual. Verifique como o autor trabalha essas linguagens nos enunciados abaixo a fim de formular um conhecimento na relação interativa com o leitor.



Fonte: Jornal Folha de São Paulo

Referências

GERALDI, J. W. **Da redação à produção de textos**. In: GERALDI, J. W.; CITELLI, B. (Coord.). *Aprender e ensinar com textos de alunos*. São Paulo: Cortez, 1997.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **O texto e a construção dos sentidos**. 9ª ed. São Paulo: Contexto, 2007.

AULA 5

Plurilinguismo

*Há uma grande diferença se fala um deus ou um herói;
se um velho amadurecido ou um jovem impetuoso na flor da idade;
se uma matrona autoritária ou uma ama delicada;
se um mercador errante ou um lavrador de pequeno campo fértil;
se um colco ou um assírio;
se um homem educado em Tebas ou em Argos.*
HORÁCIO, *Ars Poetica*.

Caro(a)s aluno(a)s,

Sabemos que a língua é um sistema de comunicação social, logo está sujeita à diversidade social e às transformações da sociedade. Como vimos no módulo 3, a língua é dinâmica e multifacetada exatamente por isso, por revelar diversos conhecimentos e formas de expressão, contrariando o mito do monolinguismo, ou seja, nós não falamos apenas uma língua, mas tantas quanto as interações sociais nos exigem. Também se engana aquele que pensa que a língua é apenas um simples condutor de significados por meio de significantes, pois na verdade a língua sempre foi e continua sendo um poderoso instrumento de poder.

No caso da língua portuguesa no Brasil, podemos criticar a valorização de uma norma culta e a desvalorização das normas populares como exemplo da supremacia ideológica das elites letradas do século XIX. Nas salas de aula a norma culta escrita ainda goza de um prestígio nos currículos escolares, que muitas vezes ignora outras variantes e modalidades da língua, como a oralidade.

A centralização dos estudos de Língua Portuguesa apenas na norma padrão limita o conhecimento da língua na sua forma viva, a interação social. Infelizmente muitos professores fazem do domínio da norma culta o objetivo de suas aulas. Na maioria das vezes, os alunos acabam acreditando que conhecer a língua é decorar regras e classificar elementos, e pior, abdicar de sua própria linguagem.

A concepção de língua

O professor precisa estar atento ao seu posicionamento com relação à concepção de língua que deve ser adotada em suas aulas. De um lado temos uma concepção ultrapassada de que língua portuguesa é a norma culta. Essa visão promove um ensino prescritivo-normativo, corretivo, uma concepção abstrata, sistêmica, em que o aprendizado da metalinguagem gramatical torna-se o objetivo das aulas. De outro lado, propomos uma concepção interacionista, plurilinguista e dialógica da língua concreta na atividade social, produzindo conhecimentos e posicionamentos sobre a realidade.

Aspectos sociais do plurilinguismo

A língua, como já observamos no módulo anterior, se constitui por diversas maneiras de falar e de escrever, porque ela é determinada pelas diversas classes sociais, subdivididas pelos aspectos econômicos, culturais, etários, sexuais etc. No uso cotidiano, a língua na maioria das vezes não segue o modelo de uma norma padrão, mas molda-se segundo a situação, o gênero, as intenções.

O aluno tem o direito de se tornar competente nos variados usos da língua que o convívio social e profissional lhe exigirá, inclusive o domínio da norma culta.

Vejamos os elementos que determinam o uso das diversas formas da língua, as suas variantes:

- Natureza da informação – Características do tema que discutimos: sério, solene, cômico etc
- Nível de linguagem – formal, informal, literário etc
- Tipo de situação – particular, coletiva, profissional etc
- Relação entre os participantes – intimidade, hierarquia, respeito etc
- Intenção - criticar, agradecer, ordenar etc

Acredita-se que na língua escrita predomina a formalidade e na língua oral a informalidade. Isto é verdade, porém não absoluta. Mais à frente, (na aula sobre as relações entre oralidade e escrita) compreenderemos melhor essa relação. Por enquanto precisamos relativizá-la: um artigo para uma revista científica, um gênero escrito, possui um estilo absolutamente formal. Já um SMS, também um gênero escrito, possui um estilo informal, com muitas marcas da oralidade. Um bate-papo com um amigo é um gênero oral e informal, aliás a conversação representa a oralidade pura. Uma entrevista de emprego, um gênero oral, já possui um estilo mais formal, pois a situação de comunicação tornou-se profissional. Esses gêneros comentados já anunciam como é grande a variedade de usos da língua em uma sociedade como a nossa.

As distintas características de um falante também promovem diferentes formas de dizer na própria língua, fazendo com que ela se desdobre e se molde de acordo com a posição social do falante. Os elementos que determinam língua de um falante são:

- A idade – sabemos que um adolescente fala de forma bem distinta de um adulto, e uma criança também.
- Sexo – Homem e mulher possuem linguagens distintas, particularmente na língua oral informal, assim como os homossexuais possuem um conjunto de gírias próprio.
- Raça (cultura) – Muito além da cor da pele, os elementos culturais da raça estão bastante presentes na língua de cada comunidade.
- Profissão – Os ambientes profissionais possuem jargões e entonações próprios.
- Grau de escolaridade – Quanto mais elevado o grau de escolaridade de um indivíduo, maior a sua capacidade de transitar pelos diversos níveis de formalidade da língua, inclusive dominar a norma culta.
- Os elementos do contexto também determinam as características da língua:
- Lugar: profissional, religioso, descontraído
- Ambiente: calmo, divertido, conturbado
- Tempo: encontro na correria da cidade, bate-papo na internet
- Ocasão: almoço com amigos ou de negócio
- Destinatário: íntimo ou desconhecido
- Hierarquia: professor, chefe, pai
- Elementos emocionais: apaixonado, irritado, agressivo
- Entre muitas outras variáveis que categorizam os sujeitos e seus usos linguísticos.

Considerações finais

Caro(a)s colegas, nesta aula percebemos a imensa tarefa que compete ao professor de língua. Não só imensa na extensão, pois trabalhar com as variadas formas da língua nos diversos gêneros, mídias e situações sociais já é um desafio, mas imensa também porque para realizarmos essa tarefa temos que superar a ditadura da norma culta nos currículos pedagógicos. É tarefa da escola, logo do professor, capacitar o aluno no uso da norma culta, entretanto isso não pode ser o seu objetivo final. A escola deve também formar cidadãos que respeitem seus semelhantes com todas as diferenças sociais que lhes determinar, inclusive a sua forma de usar a língua. Para isso, nas aulas de língua portuguesa, a norma culta precisa ser compreendida como uma forma de usar a língua, mas não a única, nem a melhor.

Nas palavras de Horácio que abrem esta aula, encontramos respaldo para nossa proposta de que o multilinguismo é uma característica da língua. Você concorda com a ideia de Horácio?

O poeta grego faz referência a alguns tipos de variantes linguísticas. Identifique-as.

*Há uma grande diferença se fala um deus ou um herói;
se um velho amadurecido ou um jovem impetuoso na flor da idade;
se uma matrona autoritária ou uma ama delicada;
se um mercador errante ou um lavrador de pequeno campo fértil;
se um colco ou um assírio;
se um homem educado em Tebas ou em Argos.*
HORÁCIO, *Ars Poetica*.

SAIBA MAIS

Sugestão para leitura ou pesquisa:

BAGNO, Marcos. O preconceito linguístico – o que é, como se faz. Loyola: São Paulo, 2011.

Referência

BAGNO, Marcos. **O preconceito linguístico** – o que é, como se faz. Loyola: São Paulo, 2011.

AULA 6

Norma Padrão e Preconceito Linguístico

Caro(a)s aluno(a)s,

Trazemos como conhecimento da aula anterior que o reconhecimento do plurilinguismo é fundamental para acabar com o mito do monolinguismo. Para isso, é preciso considerar a heterogeneidade linguística e valorizar a riqueza cultural da língua. Estamos cientes também de que a escola e o professor de língua portuguesa têm um papel importante no combate ao preconceito linguístico e social.

O papel da escola e preparar o aluno para sua inserção na sociedade, o do professor de língua portuguesa é capacitá-lo para utilizar ou para aprender a utilizar as diversas formas da língua na sua participação como cidadão na sociedade. Para isso ela deve preparar o aluno para compreender a língua como instrumento de comunicação, de constituição da identidade individual e coletiva e também de poder.

Para desenvolver um trabalho de transformação do monolinguismo para o multilinguismo, o professor deve abordar o tema das variações linguísticas demonstrando a pluralidade de línguas faladas no Brasil, explorar a variação entre fala e escrita sem deixar de enfatizar que a língua é variável, pois apresenta diversas visões mundo.

Língua e interação social

Compreender a língua como interativa não é apenas observar que por meio dela os indivíduos se comunicam, mas que também expressam suas ideias e, principalmente atuam sobre o outro produzindo interacionalmente os conhecimentos por meio de enunciados.

A língua se realiza por meio de enunciados submetidos às condições sócio-históricas da sua produção e recepção. Por isso, a língua precisa ser estudada em seu uso e não apenas em estruturas gramaticais.

Atualmente, adota-se para o estudo da língua a concepção sociointeracionista que parte do pressuposto de que a língua é uma prática social exercida em uma sociedade ou comunidade com uma cultura que deve ser valorizada a fim de preservar o exercício da cidadania por meio da própria língua.

Norma culta e norma padrão

Muitos professores confundem esses dois conceitos, vamos agora esclarecer as relações entre norma padrão e norma culta. Norma é um sistema de instruções que define o que deve ser escolhido entre os usos de uma dada língua. A norma padrão é, em verdade, um modelo de língua que não existe na realidade, é uma língua idealizada pela gramática normativa.

A expressão norma culta não é sinônimo de norma padrão. A variedade culta deve ser compreendida como a linguagem dos falantes na área urbana, com escolaridade superior completa. Essa variedade culta não é a norma padrão. Por exemplo, a norma padrão determinada que os verbos ir, chegar e levar pedem a preposição “a”, como em “Vou ao clube neste domingo”, mas a maioria dos falantes da norma culta utiliza com a preposição “em”: “Vou no clube neste domingo”. Notamos assim que a norma língua ou variedade culta é diferente da norma-padrão.

O ensino dialógico da língua

O professor não pode pensar o ensino de língua apenas como uma transmissão de conteúdos, mas como a construção de conhecimentos por parte dos alunos. Nesse processo, o professor deixa de ser a única fonte autorizada de informações, motivações e sanções. Nessa perspectiva, a variedade linguística advinda dos alunos é valorizada, participando conjuntamente com a linguagem do professor, “conhecedor da norma padrão”, no processo de ensino-aprendizagem da língua.

Ao planejar o seu curso, o professor deve se perguntar o que se pretende com o ensino da gramática: “Que papel pode ter a gramática no desenvolvimento do linguístico oral e escrito do aluno?”.

É verdade que a boa elaboração dos textos passa pela gramática, entretanto, a gramática deve ser trabalhada de forma funcional no contexto comunicativo, levando-se em conta os elementos discursivos como a situação e os objetivos de comunicação.

Outro aspecto é o reconhecimento do valor não só da gramática de língua escrita, mas também da falada. O professor não deve apenas enfatizar as diferenças entre as duas, mas mostrar que ambas são importantes para se comunicar em diversas situações com a modalidade oral ou escrita.

O eficiente desempenho linguístico do aluno é medido pela capacidade de adequação à finalidade da comunicação e também a padrões linguísticos valorizados na sociedade, no caso a norma culta. Esses dois objetivos são tarefas do professor. A gramática normativa é bastante eficaz para o segundo objetivo, enquanto o ensino dialógico é fundamental para o primeiro, que visa à expansão das possibilidades do uso da língua.

O ensino dialógico da língua trabalha fundamentalmente com os gêneros discursivos, porque dessa forma se pode analisar mais do que apenas o funcionamento da língua, pode-se chegar ao funcionamento da própria sociedade mediado pelas atividades linguísticas.

Os gêneros são instrumentos da ação social, por isso o professor deve investir no seu estudo, propiciando ao aluno um contato mais próximo da ação linguística em sociedade. Já aprendemos que a comunicação verbal só se processa por meio de um gênero discursivo.

Diversidade linguística e letramentos

Retomando a noção de “letramentos”, compreendemos que além de aprender a ler e escrever, existe neste conceito a ideia de promover transformações sociais, culturais, políticas, econômicas, cognitivas para o indivíduo.

A competência para ler e produzir enunciados dos mais variados gêneros é o verdadeiro indicador de um bom desempenho linguístico. O aluno precisa aprender a decidir qual o melhor gênero a produzir, considerando a situação comunicativa, o público alvo, o suporte e a mídia. Por isso, o professor deve propor situações que considerem um público ouvinte ou um leitor a quem se destina o enunciado, qual a situação de produção em que se encontram os interlocutores; quais as suas intenções ao produzir o enunciado, seja na língua oral ou escrita.

Além disso, o professor deve atentar para o trabalho com os gêneros multimodais que envolvem o uso de linguagens não-verbais, dialogando com a verbal como a canção popular, os quadrinhos, o cinema, o teatro, a televisão, entre outras.

O trabalho com gêneros discursivos é uma oportunidade que o professor e o aluno têm de trabalhar com a língua em seus diversos usos no dia-a-dia, logo de estar apto a usar a língua nas mais diversas situações sociais. Dessa forma, o ensino de Língua Portuguesa por meio dos gêneros é uma importante ferramenta para a formulação de conhecimentos por meio da atividade linguística nas relações sociais.

Considerações finais

Caro(a) aluno(a), nessa aula desenvolvemos o conteúdo sobre o plurilinguismo a fim de valorizá-lo no ensino de língua. Compreendemos, então, que para vencermos a ditadura do monolinguismo é necessário trabalhar com as variantes linguísticas, conhecer a diferença entre variedade culta e a padrão, além de adotar uma abordagem dos enunciados por meio dos gêneros discursivos que relacionam os usos linguísticos com a dinâmica social. O objetivo dessas duas aulas foi conscientizá-lo de que a língua é diversificada, pois representa a cultura de diversas comunidades e indivíduos na sociedade. A pior consequência da negação desse fato não é apenas a ignorância, mas principalmente o preconceito social.

Referências

BAGNO, Marcos. **O preconceito linguístico** – o que é, como se faz. Loyola: São Paulo, 2011.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Gêneros Textuais: configuração, dinamicidade e circulação**. In:

POSSENTI, S. **Por que (não) Ensinar Gramática na Escola**. Campinas, SP: ALB: Mercado de Letras, 1996.

AULA 7

Interfaces Oralidade e Escrita (I)

Oralidade e escrita

Caro(a)s aluno(a)s, nessas duas próximas aulas vamos estudar um tema bastante interessante: as relações entre oralidade e escrita. Nesta primeira parte vamos começar apresentando as diferenças materiais entre o oral e o escrito e a seguir mostrar o desenvolvimento da oralidade e da escrita nas diversas sociedades no decorrer dos séculos. Após essa explanação, trataremos das características textuais dos enunciados orais e escritos para ingressar na questão da importância dessas duas modalidades no ensino de língua.

Inicialmente é preciso enfatizar que é fundamental conceber oralidade e escrita como práticas sociais por meio das quais os indivíduos participam cotidianamente da dinâmica de uma sociedade.

Vamos agora observar definições de oralidade e escrita para depois darmos sequência ao nosso propósito de explorar as relações entre essas modalidades.

ORALIDADE pode ser definida como a prática social interativa para fins comunicativos realizada por meio de enunciados orais. A oralidade é uma das modalidades de usos da língua. Outra modalidade é a ESCRITA, uma forma de produção de enunciados por meio de sinais gráficos.

A oralidade e a escrita são práticas e usos da língua com características específicas, pois apresentam condições de produção distintas, porém essas duas modalidades não devem ser pensadas de forma dicotômica, em oposição. O nosso objetivo nesta aula é relativizar as relações entre oralidade e escrita.

Diferenças materiais entre o oral e o escrito

A palavra oralidade deriva do latim *Os*, *oris*, aquilo que se refere à boca. A voz é o suporte acústico da oralidade e participam dessa modalidade todos os sons orais, o canto e, principalmente para o estudo da língua, a fala. Na oralidade, a comunicação é feita com base na percepção auditiva da mensagem.

A oralidade possui uma dimensão sócio-histórica muito importante, pois ela tem uma participação na memória coletiva das sociedades, e uma dimensão psicocognitiva, pois por meio dela que compreendemos a realidade exterior e formulamos o conhecimento.

Escrita vem do latim *scripta* que significa a gravação de sinais em um suporte material. Na escrita, a comunicação feita com base na percepção visual da mensagem.

As diferenças entre a fala e a escrita não se limitam aos aspectos materiais e físicos de sua produção, mas também aos temas tratados em ambas. Elas são formas distintas de abordagem da realidade e possuem as suas próprias estratégias de perpetuação de enunciados. É importante saber que A ESCRITA NÃO É UMA REPRESENTAÇÃO DA FALA.

Elas são duas modalidades distintas da língua portuguesa com suas próprias possibilidades e limites de expressão na vida social.

Desenvolvimento da oralidade e da escrita

A linguagem humana teve a sua origem na oralidade, associada ao gestual, ao musical e ao pictórico. As sociedades formaram-se primeiramente por meio da língua oral e só depois pela escrita.

A oralidade possui um papel muito importante na formação da memória social – principalmente nas sociedades ágrafas que não possuem a escrita para contribuir na tarefa de preservação da memória - pois ela constituiu um conjunto de memórias individuais que formam nossa memória coletiva. As narrativas orais são o melhor exemplo disso. Há um ditado africano que diz: “Na África, quando um velho morre, é uma biblioteca que queima”.

A escrita foi criada devido à necessidade de comunicação em sociedades que praticavam comércio e evoluíram, logo surgiu com finalidades práticas: preservação de um texto para a veiculação da informação por muito tempo. Como a escrita estava diretamente vinculada ao desenvolvimento do comércio entre as cidades ela também estava envolvida na manutenção do poder das classes sociais letradas, ou seja, quem fosse letrado, soubesse ler e escrever, era membro da elite social.

Para que você tenha uma ideia do prestígio social de uma pessoa que fosse letrada, observe a escultura abaixo de um escriba que no antigo Egito estava a serviço dos faraós.



Figura – Escriba.

Fonte: Scribes, 2015¹.

Sistemas de escrita

A escrita Pictográfica consiste em transmitir uma ideia, um conceito ou um objeto através de um desenho (símbolo) figurativo e estilizado. Ela é a origem de todas as formas de escrita e até hoje a pictografia é utilizada, por exemplo, na sinalização do trânsito, de locais públicos e na infografia.

A Escrita Cuneiforme (do latim *cuneus* = cunha) é o mais antigo sistema de escrita. O primeiro escrito conhecido é anterior a 4.000 a. C e atribuído aos sumérios da Mesopotâmia, onde milhares de tabletes de argila foram desenterrados contendo registros em escrita cuneiforme de transações comerciais e impostos de cidades da Mesopotâmia. A escrita cuneiforme utilizada até a era cristã por povos que habitavam o antigo Oriente Médio. Inicialmente era produzida através de desenhos de objetos que significavam o próprio objeto. Com o uso ela evoluiu através dos tempos e os sinais tornaram-se mais abstratos transformando-se em caracteres na forma de cunhas que eram desenhados pelos escribas em tabletes de argila molhada, usando-se um estilete de bambu com a ponta na forma de cunha.

A escrita hieroglífica foi desenvolvida no antigo Egito e era constituída por sinais chamados de hieróglifos.

A escrita Ideográfica é um sistema de escrita que se manifesta através de “ideogramas” que são desenhos (signos pictóricos) formando caracteres separados e representando objetos, ideias ou palavras completas. Exemplos de escrita ideográfica são os caracteres chineses e japoneses.

1 Disponível em: http://scribes.ipnetwork.eti.br/scribes_pt/scribes.html

A escrita Silábica baseia-se no sistema de sílabas. Cada símbolo é a combinação de sons de consonantais e vogais representando uma sílaba. A escrita etíope é um exemplo de escrita silábica.

A escrita alfabética e fonética é o nosso sistema de escrita. Consiste na representação dos sons de determinada língua pelas letras do seu alfabeto. Como nem sempre a letra correspondente exatamente ao som da língua, essa escrita não é exclusivamente fonética.

A escrita alfabética fonológica é o sistema de escrita em que a cada fonema (som) corresponderia uma letra. Esse sistema de escrita representa a língua falada, a língua oral, verdadeira natureza da linguagem.

A predominância da escrita

Em 1450, com o advento da imprensa, inventada por Gutenberg ocorreu uma reprodução em massa de textos escritos que impulsionou a língua escrita na sociedade como forma de produção, recepção e circulação de conhecimentos. O livro impresso foi uma das ferramentas mais importantes para a difusão da língua escrita que ganhou prestígio principalmente com a literatura. Desde então houve uma primazia e influência da escrita sobre a fala.

Rousseau escreveu que a pintura era a linguagem dos povos selvagens e os caracteres dos povos bárbaros, enquanto o alfabeto era dos povos civilizados.

Lévi-Strauss contestou-o afirmando que a distinção entre barbárie e civilização, ancorada na tradição oral e escrita, não procede e enfatizou o valor da oralidade na formação cultural de todas as sociedades. Segundo Strauss, a escrita não bastou para consolidar os conhecimentos, mas talvez tenha sido indispensável para fortalecer as dominações.

PARA REFLETIR

Quando falávamos sobre a importância da oralidade para a preservação da memória social e histórica das sociedades, citamos o ditado africano “Na África, quando um velho morre, é uma biblioteca que queima”. Reflita à luz dessas ideias o significado desse ditado.

SAIBA MAIS

Sugestão de leitura:

O MITO DE THEUTH: No diálogo Fedro, Platão reflete sobre a função da escrita nas sociedades. Seria ela um Remédio ou veneno para a memória? Leia este diálogo e exponha seu posicionamento sobre essa questão. Veja uma resenha no endereço: bocc.ubi.pt/~fidalgo/historiamedia/Fedro-escrita.pdf

Referências

ANDRADE, M. L. C. V. de O. Língua: modalidade oral/escrita. In: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. **Prograd. Caderno de formação: formação de professores didática geral**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011, p. 50-67, v. 11.

CALVET, Luis-Jean. **La tradition orale**. Paris: PUF, 1984. [trad. Waldemar Ferreira Netto A tradição oral].

FERREIRA NETO, W. **Tradição oral e produção de narrativas**. São Paulo: Paulistana, 2008.

MARCUSCHI, L. Letramento e oralidade no contexto das práticas sociais e eventos comunicativos. In: SIGNORINI, I. (Org.). **Investigando a relação oral/escrito e as teorias do letramento**. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

SCHNEWLY, B. & DOLZ, J. e colaboradores. **Gêneros Oraís e Escritos na Escola**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2010.<http://www.recantodasletras.com.br/gramatica/370335>



AULA 8

Interfaces Oralidade e Escrita (II)

Caro(a)s aluno(a)s, dando continuidade às nossas aulas sobre as relações entre as modalidades oral e escrita da língua, trataremos agora da importância da oralidade nos processos de letramento.

Oralidade e letramento como práticas sociais

Sabemos que a oralidade e a escrita são constituídas por um conjunto de práticas sociais realizadas por meio de enunciados que pertencem a determinados gêneros discursivos orais, escritos ou multimodais.

Atentando para os usos da língua e enfocando a presença da oralidade e da escrita na sociedade percebemos a preponderância da escrita.

Antes de prosseguirmos com a parte teórica, gostaríamos que você observasse o uso dos gêneros orais e escritos nesses ambientes sociais: trabalho, escola, dia a dia, família, vida burocrática, atividade intelectual.

A fala e a escrita possuem as suas próprias estratégias de apresentação do enunciado, mas não podem ser vistas como atividades opostas, pois muitas vezes falamos usando elementos da escrita, por exemplo, em uma situação formal. A recíproca também é verdadeira, pois escrevemos em determinados contextos usando elementos da fala, por exemplo em um chat.

Relativizando as relações entre oralidade e escrita

Como dissemos acima, a oralidade e a escrita não podem ser vistas de forma dicotômica, em oposição. A língua oral e a língua escrita devem ser concebidas de forma relativa segundo as características dos gêneros discursivos utilizados na interação social.

O gráfico a seguir ilustra essa relativização da relação entre a fala e a escrita. Na parte esquerda baixa estão os gêneros próprios da fala, na parte direita alta os da escrita. Observe que à

medida que dirigimos nosso olhar para o centro, as relações entre oralidade e escrita tendem a ser mais próximas. Assim, um gênero como telejornal é oral, mas foi produzido de forma escrita ou até multimodal, já que também usa imagens.

Percebemos, então, que existem gêneros puros da oralidade, como a conversação, e da escrita, como um texto acadêmico. Entretanto, muitos gêneros mesclam elementos das duas modalidades, como as entrevistas e as postagens nas redes sociais.

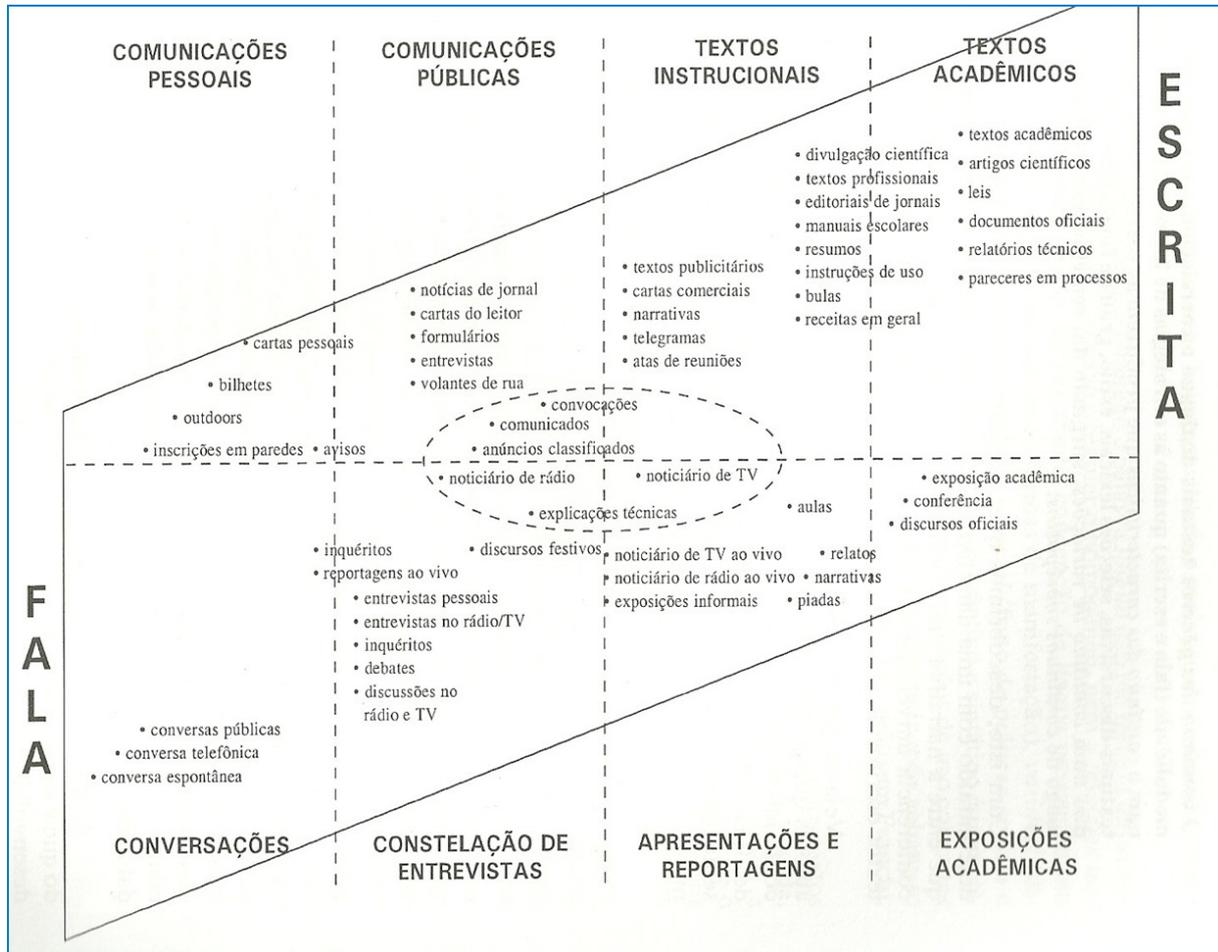


Figura - Relação entre fala e escrita.

Fonte: MARCUSCHI, 2001.

Oralidade e escrita no contexto das novas mídias

Como percebemos, a visão dicotômica entre oralidade e escrita está superada, pois ainda que possamos reconhecer as características próprias de cada modalidade, vemos também que elas podem ser usadas conjuntamente na produção de enunciados em vários gêneros discursivos.

Com o avanço da tecnologia no século XX, foi necessário desenvolver outras formas de observação da oralidade e da escrita. As novas mídias, os novos contextos de produção e recepção de enunciados, os novos gêneros orais e multimodais fizeram a oralidade ganhar mais espaço na vida social.

Uma das características mais marcantes da fala era a dificuldade de registro, ou seja, não era possível guardá-la, ela se perdia após o enunciado ser proferido. Já a escrita foi criada para ser grafada em um suporte material. Entretanto, com os avanços tecnológicos, a fala pôde ser registrada e reproduzida. As gravação de voz e de vídeos permitiram aos enunciados orais serem registrados, catalogados, recuperados e analisados, o que promoveu um grande desenvolvimento dos estudos da língua oral.

Outra limitação superada pela língua oral foi a independência do contexto, ou seja, para falar com outra pessoa era necessário estar no mesmo lugar que ela. Hoje não. Com o advento do telefone, principalmente do celular, e da internet já são possíveis inclusive videoconferências.

Esses avanços possibilitaram uma nova visão a respeito da oralidade e da fala. Cada vez mais presente na sociedade, atualmente já se reconhece o imenso valor da oralidade e na constituição da língua. Por isso, essa modalidade da língua precisa ser valorizada também no ensino.

Considerações finais

Caro(a)s aluno(a)s, vimos como é importante para o professor relativizar as relações entre a oralidade e a escrita por meio dos gêneros discursivos a fim de ampliar as capacidades de produção e compreensão de textos orais e escritos. A escola não pode privilegiar a escrita em detrimento da fala, pois estaria prejudicando o letramento do aluno, visto que a oralidade está presente em muitos gêneros escritos, além do que o aprendizado da produção de enunciados orais é fundamental na inserção do indivíduo em diversos setores sociais.

PARA REFLETIR

*O ditado latino *Verba volant, scripta manent* diz que as palavras voam e a escrita permanece. Você acha as ideias presentes neste ditado são coerentes com as novas mídias na sociedade?*

Referências

CASTILHO, A. T. de. **A língua falada no ensino de português**. São Paulo: Contexto, 1999.

FÁVERO, L. L.; ANDRADE, M. L. C. V. O.; AQUINO, Z. G. O. **Oralidade e escrita: perspectivas para o ensino de língua materna**. São Paulo: Cortez, 1999.

MARCUSCHI, L. A. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. SP: Cortez, 2001.

PRETI, D. (Org.) **Oralidade em textos escritos**. São Paulo: Humanitas, 2009.

SCHNEWLY, B. & DOLZ, J. e colaboradores. **Gêneros Oraís e Escritos na Escola**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2010.



AULA 9

Interfaces Oralidade e Escrita (III)

Caro(a)s aluno(a)s, enfocaremos agora a importância da escrita no processo de ensino-aprendizagem, tendo em vista que o aprendizado da escrita tem como complemento o aprendizado da leitura. Para darmos o primeiro passo em direção a esse tema tão importante para nosso curso, lançamos a seguinte questão: o que é ler?

Muitas pessoas acreditam que ler seja decodificar os significados presentes em um texto. Pensando dessa forma, escrever seria construir signos para serem decodificados. Entretanto, essa ideia é falaciosa, pois o leitor não decodifica o que está escrito, mas interpreta, infere.

Sabemos que os sentidos em um enunciado são construídos na relação entre o autor, o texto e o leitor. Dependendo das condições de leitura, as interpretações podem ser as mais distintas.

Vimos que a língua não pode ser tratada como um código, mas sim como um instrumento de interação social que se manifestará por meio de seus usos nas mais diversas condições e situações sociais. Ao ler um texto, um aluno não o decodifica, pois não lemos como agulhas de uma vitrola, e também não produzimos textos totalmente transparentes, pois a leitura e a produção de textos se constituem no processo de interação com o outro.

Dessa forma, é lançada a questão: Como deve ser o processo de aquisição da escrita?

Para que o aluno desenvolva a escrita de forma competente é preciso que haja uma valorização do contexto de produção e recepção para a produção do enunciado.

O professor não pode simplesmente dizer para o aluno escrever um texto sobre determinado tema. Ele precisa indicar a situação em que o texto será veiculado, qual o seu gênero, qual a sua finalidade e intenção, além de estabelecer um destinatário plausível e coerente com a situação de comunicação. Por exemplo, escrever uma carta para um jornal. Assim o aluno vê a sua produção escrita com um objetivo e um destinatário efetivo além daquele de ser lido e avaliado apenas pelo professor. Neste caso da carta do leitor, o aluno vislumbra a possibilidade de ver a sua carta ser publicada em um jornal ou site e ser lida por pessoas distintas. Esse processo de aprendizagem da escrita prepara bem melhor o aluno para a sua atividade social do que simplesmente ficar corrigindo os erros gramaticais no texto.

A produção escrita pensada dessa forma promove o protagonismo do aluno que precisa assumir-se como sujeito de seu texto. Nessa condição, ele tem o que dizer, razões para dizer, para quem dizer e estratégias para dizer.

É preciso que haja uma valorização da autoria, da recepção e da interatividade no ensino-aprendizagem da produção escrita e um ensino-aprendizagem de língua portuguesa que desenvolva as capacidades linguístico-discursivas no uso da língua em diversos contextos

Sabemos que a comunicação linguística se dá por meio dos gêneros que são inventados, invocados e reinventados como uma resposta à necessidade de comunicação nas diversas situações sociais. Se aprender a escrever (e a falar) é resultado da interatividade com o outro utilizando os gêneros discursivos, é preciso que o professor crie situações para que os alunos respondam a elas por meio dos gêneros, somente assim ocorrerá uma valorização das atividades de leitura e produção de texto tendo em vista a vida social.

A escrita de textos na escola precisa ter em vista os diversos gêneros dos usos extraescolares. O professor precisa colocar seus alunos em contato com a maior variedade possível de textos e situações de produção e circulação dos enunciados. É o que denominamos como “pedagogia da diversidade”. Esse processo de ensino-aprendizagem da produção textual tem como objetivo desenvolver o protagonismo linguístico e social do aluno.

Considerações finais

Caro(a)s aluno(a)s, nessas aulas tivemos a oportunidade de estudar as modalidades oral e escrita da língua. Observamos que ambas possuem características distintas, porém não podem ser pensadas como opostas, dicotômicas, mas sim relativizadas nos usos do cotidiano. Importante frisar também que a total predominância da escrita sobre a oralidade nos currículos escolares é um erro. Ambas as modalidades devem ser contempladas em conjunto para o progresso do aprendizado do aluno. Nas próximas aulas apresentaremos estratégias de trabalho para se alcançar esse objetivo. A seguir vamos conversar um pouco sobre as questões relativas ao ensino de língua nas comunidades indígenas.



PARA REFLETIR

Imagine três situações distintas para as quais os alunos deveriam produzir enunciados em diferentes gêneros: formal, informal, profissional, cotidiana etc.

Pense no contexto da situação, nas características do possível leitor. Por exemplo: Escrever uma carta de reclamação para uma empresa, fazer um comunicado para ser exposto em um condomínio etc.



Referências

BUNZEN, Clécio. Da era da composição à era dos gêneros: o ensino de produção de texto no ensino médio. IN: BUNZEN, C. e MENDONÇA, M. **Português no ensino médio e formação do professor**. São Paulo: Parábola, 2006.

KATO, Mary A. O aprendizado da leitura. São Paulo: Martins Fontes. In: **No mundo da escrita**. Uma perspectiva psicolinguística. São Paulo: Ática, 1987.

KLEIMAN, Ângela. **Oficina de leitura**: teoria e prática. 6. ed. Campinas, São Paulo: Fontes, 1997.

AULA 10

Métodos de Ensino e Línguas Indígenas

Caro(a)s aluno(a)s, para iniciarmos esta aula, vamos pensar um pouco como definiríamos o conceito de política linguística. Bom, política seria uma maneira de se fazer as coisas, e linguística, o que trata da língua.

O que seria, então, Política Linguística?

Políticas também seriam formas de relacionamento, sendo assim como se relacionar com a língua. Se política for entendida então como uma escolha de ação, quem escolhe uma política para uma língua? Se compreendermos que a língua significa poder dentro das sociedades, quais seriam os interesses subjacentes a uma escolha linguística?

Política linguística

Essas questões demonstram o quão importante é o conhecimento sobre as políticas linguísticas para o professor de língua que trabalha em comunidades indígenas.

Saber quais estratégias poderá utilizar na alfabetização de seus alunos, no ensino de língua indígena e portuguesa em sua comunidade são conhecimentos fundamentais para o professor. Tendo em vista a importância desses temas passaremos agora a discorrer sobre o ensino de línguas em comunidades indígenas.

Aos conceitos que levantamos acima, vamos somar mais um, o de que política linguística é uma proposta sobre a situação linguística de uma comunidade. As políticas linguísticas estão muito presentes onde mais de uma língua é usada em uma comunidade. Quando, por exemplo, uma comunidade indígena decide abandonar sua língua, e passa a usar apenas a língua portuguesa, ela está fazendo uma escolha e, com isso, determinando sua política linguística.

Sabemos que nas comunidades indígenas se aprende a língua portuguesa permitindo assim que ela penetre no seio da sociedade através da escola, escritos, jornais e revistas, dos meios de comunicação como o rádio e a televisão e também pela internet.

Vemos que a língua portuguesa chega às comunidades por vários canais de comunicação. Os enunciados que chegam aos habitantes das comunidades estão sempre formatados em um

gênero discursivo, logo para possuir um letramento social, os alunos devem ser iniciados e treinados nestes gêneros com os quais ele terá contato, somente assim ele poderá utilizá-los na leitura na escrita e na fala de forma consciente.

Alfabetização e política linguística

Como já vimos no módulo anterior, a alfabetização é um elemento que define muito da política linguística de um povo ou comunidade indígena, pois uma vez que a comunidade opta por usar a leitura e a escrita, define a sua política de alfabetização. É importante sabermos que a política linguística geral faz parte da política da comunidade, logo deve ser coerente com ela.

D'Angelis apresenta algumas estratégias que não devem ser adotadas em alfabetização:

- Não dá para alfabetizar em duas línguas ao mesmo tempo, pois é muito mais fácil, eficiente e produtivo alfabetizar somente na língua materna. A importância política disso é o reforço da imagem positiva da língua na comunidade.
- Não se deve alfabetizar em uma determinada língua a pessoa que não fala aquela língua.
- A tradução de cartilhas de alfabetização não deve ser praticada.

Sobre a escolha entre alfabetizar em língua materna ou não, D'Angelis argumenta que:

1. As pesquisas linguísticas apontam que é recomendável alfabetizar na língua materna, ou seja, a primeira língua que a criança falou quando pequena. Não importando se é ou não a língua falada pelos parentes da mãe dela.
2. As pesquisas sociolinguísticas concluem que caso a política linguística da comunidade seja de valorização e de vitalização de sua própria língua, é recomendável alfabetizar em língua materna.
3. Em se tratando de psicologia, do ponto de vista da afetividade o melhor é alfabetizar em língua materna, a fim de valorizar a autoestima e a autoconfiança da criança.
4. Para a linguística aplicada, alfabetizar na língua materna completa o desenvolvimento da competência da criança na sua primeira língua. E isso não trará dificuldades para o aprendizado de outra língua, muito pelo contrário, será útil para o aprendizado futuro da criança em outras línguas.
5. Não se alfabetiza em língua materna os jovens e adultos bilíngues.
6. Não se alfabetiza em língua portuguesa crianças monolíngues em língua indígena ou bilíngues sem muito domínio pelo fato de serem uma minoria frente aos alunos falantes de Português.

Caso a comunidade decida alfabetizar as crianças em língua indígena, é importante que realize uma segunda escolha, o modelo de programa bilíngue.

Destacamos a seguir algumas opções:

- a) Programas bilíngues de substituição ou transição: se as crianças chegam à escola sem domínio da língua portuguesa, a língua indígena é utilizada como instrumento de alfabetização. Porém, essa não é uma política de valorização da língua materna, pois a língua materna é substituída ao longo do processo.
- b) Programas bilíngues de manutenção ou de vitalização linguística: são comprometidos com a defesa da língua minoritária (a língua indígena), mas também com o ensino da segunda língua. Procura desenvolver a competência da criança em duas línguas, a da comunidade indígena e a da maioria ao redor, o Português. Nesse programa, a escola não pode simplesmente alfabetizar na língua indígena, pois a língua indígena tem que ser, de fato, língua de instrução, isto é, de ensino. Nesses programas a língua indígena ocupará estará presente em todas as séries.

Norma padrão e ensino de línguas em comunidades indígenas

Muitos professores indígenas acreditam que os projetos político-pedagógicos das escolas desenvolvam a proficiência no português padrão, pois entendem que os membros destas comunidades têm uma necessidade cada vez maior de comunicar-se bem no português oral e escrito padrão, para que possam atuar de maneira mais participativa e consciente das negociações políticas, dos projetos, e dos negócios de sua comunidade. No entanto, sabemos que não só para as comunidades indígenas, mas para qualquer falante de português brasileiro, o português falado nas relações do cotidiano é coloquial e informal, bastante diferente do português padrão utilizado na escrita formal. Dessa forma, é importante que o professor invista no ensino dos diversos gêneros orais e escritos, formais e informais e não apenas em um padrão de língua.

Os falantes de português nas comunidades indígenas são muitas vezes falantes de uma língua indígena, adquirida por eles antes do português, como língua nativa. Dessa forma, é preciso planejar o ensino do português padrão nestas comunidades sempre em relação com a língua indígena como primeira língua, pois os problemas de aprendizado do português padrão refletem interferências da língua indígena.

Por fim, destacamos que o problema da educação indígena no Brasil assemelha-se ao da educação pública em geral no país: ensinar na escola uma variante do português diferente daquela que o aluno usa coloquialmente. No entanto, a educação indígena possui um desafio maior, pois se trata do aprendizado de uma segunda língua. Um aluno que fale uma língua materna diferente daquela em que está sendo instruído sofre interferências da língua materna no processo de aprendizagem da segunda língua.

Considerações finais

Com as reflexões e propostas que trabalhamos nesta aula, pudemos conhecer políticas linguísticas para o ensino de língua indígena, refletir sobre o papel das políticas linguísticas e observar as funções que a alfabetização exerce nas políticas linguísticas em comunidades indígenas. A partir desse conhecimento, passaremos a aprofundar o estudo sobre as relações entre língua indígena e língua portuguesa nessas comunidades.



SAIBA MAIS

Sugestão de leitura do artigo “Alfabetizando em comunidade indígena”, disponível no site <http://www.portalkaingang.org/alfabetizando.pdf>



PARA REFLETIR

Refleta sobre o postulado abaixo e pense em uma justificativa para o seu posicionamento.

“Não se alfabetiza em língua portuguesa crianças monolíngues em língua indígena ou bilíngues sem muito domínio pelo fato de serem uma minoria frente aos alunos falantes de Português”.

Que consequências isso traria para a comunidade?

Sugestão de leitura do artigo “Alfabetizando em comunidade indígena”, disponível no site <http://www.portalkaingang.org/alfabetizando.pdf>

Referência

D’ANGELIS, Wilmar R. **Alfabetizando em comunidade indígena**. Disponível em <http://www.portalkaingang.org/alfabetizando.pdf>

AULA 11

Bilinguismo

Caro(a)s aluno(a)s,

Em verdade, o professor de língua indígena e portuguesa sempre enfrentará um desafio, pois terá de lidar com escolhas que sustentam a políticas linguística em sua comunidade. Com essas escolhas o professor pode se voltar para o ensino da língua nacional como instrumento para suprir as necessidades da comunicação cotidiana com populações não indígenas próximas e o domínio do português como estratégia de atuação social, porém não se pode esquecer que é necessário também o ensino da língua indígena como ferramenta de preservação linguística e cultural.

O bilinguismo

Retomando a discussão iniciada no módulo 3, Bilinguismo é o uso por um mesmo falante de duas línguas em diferentes situações comunicativas. Bilíngue é o indivíduo que usa mais de uma língua para atingir objetivos comunicativos em diferentes contextos sociolinguísticos.

Precisamos aqui também relativizar esse conhecimento, pois bilíngue seria qualquer falante com competência comunicativa em mais de uma língua, independente de seu grau de fluência ou correção gramatical.

O bilinguismo pode ser definido por um contínuo entre dois extremos onde estariam o modo monolíngue e o modo bilíngue. O modo monolíngue ocorre quando um bilíngue está interagindo com um interlocutor que não domina uma das línguas faladas por ele. Já o modo bilíngue ocorre quando os dois interlocutores dominam ambas as línguas em questão.

A alternância de código pode ser responsabilizada pela avaliação incorreta da capacidade linguística de falantes bilíngues, pois recorrer a estruturas e palavras de uma língua para falar em outra é o resultado de estratégias comunicativas usadas pelos falantes bilíngues ao interagirem entre si para expressar situações que não podem ser completamente descritas com termos e estruturas de uma única língua. Dessa forma, o professor de falantes bilíngues precisa observar com atenção para distinguir entre uma possível deficiência no conhecimento linguístico e o uso de alternância de código para atingir os objetivos comunicativos durante uma interação.

Sabemos que a vida em sociedade apresenta diversas situações comunicativas. Para atuar nessas distintas situações usamos os mais diferentes gêneros discursivos e as diferentes estruturas linguísticas. Para o falante monolíngue, todo o conhecimento linguístico necessário para a interação se dá em uma única língua. No caso dos falantes bilíngues, esse conhecimento se distribui entre as duas línguas segundo as estratégias comunicativas que cada uma pode oferecer. A grande ideia desse princípio da complementariedade é que um uso complementa o outro para que o falante bilíngue possa se comunicar em todos os contextos de interação social como os mais diversos falantes monolíngues ou bilíngues.

Por exemplo, imigrantes que falam uma língua em casa e outra no trabalho, filhos de imigrantes que falam uma língua nos encontros de família e outra com os amigos, grupo de pessoas que usam uma língua para falar de um esporte e outra para falar de outro, como descendentes de hispânicos nos Estados Unidos que falam de futebol em espanhol e de beisebol em inglês.

Vantagens do bilinguismo

Sobre as vantagens do bilinguismo no processo de alfabetização, já comentadas anteriormente, agora voltamos ao tema para aprofundar essa questão:

Segundo Bialystok (2001), crianças que crescem falando duas línguas desenvolvem habilidades superiores em pelo menos três áreas: comunicação, elaboração de conceitos linguísticos e aprendizagem de múltiplas línguas. Os bilíngues desenvolvem uma atenção seletiva, ou seja, em atividades com dois estímulos, conseguem selecionar a informação mais importante. Do ponto de vista da interação social, os bilíngues têm maior facilidade de inserção em diferentes contextos.

Letramento e bilinguismo

Sabemos que para garantir um desenvolvimento linguístico mais completo de seus alunos, o professor precisa explorar a pluralidade de situações comunicativas nas duas línguas, ou no mínimo possibilitar o uso da língua em um contexto em que ela será necessária.

Como professores, é importante compreendermos que o aluno chega à escola falando uma língua, o professor será responsável, então, pelo processo de letramento, por meio do qual o aluno aprenderá a representação gráfica dos sons da língua e regras de padrões estilísticos selecionados socialmente para fazer parte da norma padrão.

O professor bilíngue precisa ter consciência de que aprender a ler e a escrever não é a mesma coisa que aprender uma língua. O professor deve também estar atento a algumas estratégias para o letramento de seus alunos. Um das maneiras pelas quais esse conhecimento sobre a aquisição de segunda língua se traduz em práticas pedagógicas é através da **Abordagem Comunicativa**. Seu nome já deixa explícito o seu objetivo principal. Alguns de seus princípios são:

- aprender uma língua é aprender a se comunicar;
- a comunicação deve ser o objetivo principal desde a primeira aula;
- a melhora no domínio da gramática e do vocabulário vem da necessidade de se comunicar;
- o professor deve motivar o aluno a se expressar;
- os alunos devem interagir com outros falantes para desenvolver suas habilidades linguísticas;
- a sequência de atividades em uma aula deve ser determinada pelo conteúdo e função comunicativa;
- a motivação vem do interesse em se comunicar

As atividades em sala devem estimular os alunos a desenvolverem suas habilidades ativas, como fala e escrita, assim como as habilidades (ditas) passivas, como a compreensão oral e a leitura.

SAIBA MAIS

Sugestão de leitura do artigo “Bilinguismo, aquisição, letramento e o ensino de múltiplas línguas em escolas indígenas no Brasil” disponível em <http://indigena.unemat.br/publicacoes/cadernos9/Publicacao9-1.pdf>

Referências

AMARAL, Luiz. Bilinguismo, aquisição, letramento e o ensino de múltiplas línguas em escolas indígenas no brasil in **Cadernos De Educação Escolar Indígena** - Faculdade Indígena Intercultural.Organizadores: Elias Januário e Fernando Selleri Silva. Cáceres: Editora UNEMAT, v.9,n.1, 201. Disponível em <http://indigena.unemat.br/publicacoes/cadernos9/Publicacao9-1.pdf>



AULA 12

Métodos de Ensino e Aprendizagem de Língua Portuguesa como segunda língua

Ensino de língua portuguesa nas escolas indígenas

Caro(a)s aluno(a)s, tendo em vista as propostas que apresentamos até este momento, podemos pensar agora um pouco mais sobre o ensino de língua portuguesa nas escolas indígenas, visando ao aprendizado de estratégias para o ensino nas comunidades. Sabemos que o professor precisa privilegiar questões ligadas às diferenças de estilos interacionais, por serem fundamentais nos programas de ensino de língua portuguesa para as comunidades indígenas.

Para isso, dois conhecimentos devem orientar a produção do material didático: A quem ele se destina? Quais os seus objetivos? Para isso, o professor precisa conhecer o grau de domínio do português oral e, mais importante, a natureza das situações comunicativas às quais seus alunos estão expostos e nas quais precisam interagir.

O letramento dos alunos e o conseqüente progresso na capacidade de entender e produzir textos escritos em português é de grande importância, porém não se pode ignorar a necessidade de capacitar os alunos para comunicar-se oralmente nesta língua em diferentes situações sociais.

O desenvolvimento de uma competência comunicativa na língua-alvo deve ser orientado pela vivência de situações com contexto de enunciação e com uma finalidade comunicativa. O professor não deve valorizar a metalinguagem e tampouco somente a norma padrão, além disso o uso de linguagem descontextualizada deve ser evitado.

Os alunos indígenas precisam ser expostos às variadas formas da língua portuguesa em uso para vivenciar o funcionamento da nova língua e dos seus gêneros orais e escritos, aprendendo assim a se comunicar na prática social.

O professor também pode utilizar textos escritos e multimodais em sala a fim de desenvolver a reflexão e o posicionamento crítico de seus alunos, principalmente em questões voltadas às políticas de sua comunidade. Entretanto o trabalho não se deve limitar à compreensão

do texto, mas desenvolver no aluno outras habilidades a partir desse texto, como exercitar a oralidade, por meio de um debate, uma apresentação oral etc. A proposta é que o aluno e o professor utilizem a língua portuguesa para desenvolver um olhar crítico sobre a realidade à sua volta, para isso, um olhar reflexivo sobre a(s) sua(s) língua(s) é fundamental, visto que é por meio dela(s) que nossos alunos atuam em sociedade.

Projetos de letramento

Caro(a) aluno(a), no decorrer de nossas aulas procuramos conscientizá-lo(a) da importância de se trabalhar os gêneros orais, escritos e multimodais nos seguintes eixos didáticos: leitura, oralidade, produção textual, análise linguística e interação social.

Dessa forma, procuramos desenvolver um trabalho sócio-interativista da língua, pois a língua é o lugar de interação de sujeitos, da negociação de visões de mundo e da participação ativa na sociedade. O professor precisa focar o desenvolvimento de competências e habilidades linguísticas, para conseguir ampliar o letramento de seus alunos.

O método pedagógico que propomos para atingir esses objetivos, segundo essas propostas, é o Projeto de Letramento que se fundamenta no princípio de que o conhecimento é instrumento de compreensão da intervenção na realidade. A partir da reflexão crítica sobre a realidade, ocorre a produção coletiva do conhecimento, com a participação ativa dos alunos, visando a um produto final.

O projeto de letramento deve permitir o contato com a diversidade de formas de interação verbal, conhecimento de gêneros variados, buscando a inserção em diversos eventos de letramento escolar e não-escolar. As atividades devem privilegiar o trabalho em situações efetivas de interlocução, por meio da circulação (produção e recepção) de enunciados.

O projeto de letramento elaborado pelo professor propõe-se como um conjunto progressivo de atividades que despertem o interesse real na vida dos alunos e cuja realização envolva a leitura de textos que circulem na sociedade e a escrita de textos que serão realmente colocados em circulação e lidos, seja em um blog, seja publicado, seja exposto.

As situações de interação precisam transcender o espaço escolar para que a linguagem possa ser praticada da forma mais próxima da realidade social, na forma de uma intervenção social na comunidade, como uma apresentação, uma campanha etc.

Os projetos de letramento e formação social devem também levar em conta o trabalho com os multiletramentos - ou letramentos múltiplos - e os letramentos multissemióticos, visto que é fundamental para a inserção social do indivíduo em uma sociedade tecnológica o domínio dos gêneros que circulam nas mídias de massa e através da internet. Os letramentos críticos e protagonistas devem ser valorizados a fim de promover a inserção social de indivíduos que têm na língua um instrumento de posicionamento, mobilidade e convivência social.

Considerações finais

Os projetos de letramento favorecem o trabalho com os gêneros e promovem o protagonismo social dos alunos, pois abarcam os vários letramentos presentes em uma sociedade. Sabemos que para o aluno aprender a escrever somente escrever não é suficiente, ele tem que participar de atividades diversas de leitura e escrita, com finalidades, interlocutores e modos de interação os mais diversos. Somente por meio dessa interação social a escola formará indivíduos críticos, capazes de intervir em sua comunidade de acordo com a sua visão de mundo. Os processos de letramento procuram oferecer ao aluno o convívio com práticas sociais de compreensão e produção de textos em gêneros orais, escritos e multimodais a fim de promover a sua formação social.

Referências

MAHER, Tereza Machado. **O ensino de língua portuguesa nas escolas indígenas**. Em Aberto, Brasília, ano 14, n.63, jul./set. 1994. Disponível em emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/946/851

MENDONÇA, Márcia R. de S. **Integrando leitura, produção de texto e análise linguística na formação para a cidadania**. Disponível em <http://www.construirnoticias.com.br/asp/materia.asp?id=836>.

ROJO, Roxane; ALMEIDA, Eduardo de Moura. **Multiletramentos na Escola**. São Paulo: Parábola Editora, 2012.

SANTOS, Carmi Ferraz; MENDONÇA, Márcia e CAVALCANTE, Marianne C. B. O trabalho com gêneros por meio de projetos in **Diversidade textual os gêneros na sala de aula**. Autêntica: Belo Horizonte, 2007 (p. 115 a 132). Disponível em: <http://www.serdigital.com.br/gerenciador/clientes/ceel/arquivos/11.pdf>